

Introdução

A evolução das idéias econômicas na América Latina pertence muito mais ao campo da história propriamente dos países da região do que ao campo da teoria econômica. De fato, o aspecto fascinante desta história intelectual não provém de eventuais contribuições à teoria econômica, mas sim da riqueza e criatividade das idéias associadas aos contextos históricos. Seu extraordinário interesse emana precisamente da indissolúvel interação de suas dimensões analítica e histórica. Tal história intelectual é, no essencial, um capítulo da história da região que descreve as propostas básicas e os fundamentos analíticos dos distintos projetos de desenvolvimento econômico que foram elaborados – quase sempre com muita paixão política – a partir dos anos 1930.

Narra-se neste artigo a história da produção intelectual vinculada ao projeto de industrialização do Brasil, desde os anos 1930 até os anos 1960. Este foi o país onde talvez as idéias originais da CEPAL tiveram mais ampla e rápida aceitação; relata-se também a história da difusão dessas idéias. O período estudado, de implantação do sistema industrial brasileiro, atraiu um grande número de historiadores, que exploraram os aspectos principais do processo de configuração econômica, política e social do Brasil. Ainda assim, restaram algumas lacunas, entre as quais cabe destacar a evolução da reflexão que os economistas e outros intelectuais fizeram então, sobre a economia do país.¹

* Este artigo foi originalmente publicado em espanhol e em inglês na Revista da CEPAL, nº 45, dezembro de 1991. O texto resume o livro *O pensamento econômico brasileiro*, o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, recentemente reeditado pela Editora Contraponto, Rio de Janeiro.

** Economista, Ph.D pela Universidade de Leicester, Inglaterra, técnico da CEPAL e professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

1. O único trabalho que investiga a fundo este tema é o de Mantega (1984), com a particularidade de que faz breves incursões no pensamento não marxista dos anos 1950 e 1960, mas concentra-se de preferência no pensamento marxista dos anos 1960 em seu conjunto. As outras contribuições pertinentes (muito poucas) são de caráter introdutório, como o trabalho de Magalhães (1964 e 1981), ou bem de alcance limitado, como os estudos de Lima (1963) e Fanganiello (1972) sobre Roberto Simonsen, um estudo do pensamento

O presente artigo resume uma obra do autor na qual se buscou preencher essa lacuna (Bielchowsky, 1988). No curso da investigação em que se baseou este estudo, foi coletada, sistematizada e avaliada a extensa literatura econômica do período, divulgada em livros, revistas especializadas e documentos governamentais que marcaram uma época.

A respeito do período estudado, não teria sentido descrever a produção teórica brasileira no campo da ciência econômica. Além de escassa, tal contribuição foi, no essencial, um simples desdobramento de um único esteio analítico latino-americano importante do período: a obra da CEPAL, já amplamente estudada. Por isso, foi a dimensão histórica do pensamento econômico, e não seu conteúdo analítico, que constituiu a viga-mestra do estudo em que se baseia este capítulo.

É interessante observar a falta de compromisso acadêmico de grande parte daqueles que intervieram no debate econômico do período. Isso é fácil de entender, já que o pensamento econômico de então não se estruturou em círculos teóricos acadêmicos. Não apenas eram poucos e de baixa qualidade os cursos de economia, como também careciam de orientação teórica precisa. Como indicador do amadorismo que predominava nos centros universitários de economia do Brasil cabe dizer que, até o decênio de 1960, nenhum deles tinha professores de jornada completa, e que o primeiro curso de pós-graduação foi criado em meados dos anos 1960, na Fundação Getúlio Vargas. Antes só havia cursos de extensão universitária em planejamento, organizados pela CEPAL em colaboração com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atual BNDES).

Neste trabalho examina-se o pensamento econômico politicamente envolvido pelo debate sobre o processo de industrialização brasileiro. O conceito-chave que organiza esta análise e lhe confere unidade é o de "desenvolvimentismo".

Entendemos aqui por desenvolvimentismo a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida por um projeto econômico que se baseia nos seguintes postulados fundamentais:

I) A industrialização integral é o caminho para superar a pobreza e o subdesenvolvimento do Brasil;

de Ignácio Rangel a propósito da crise do começo dos anos 1960 (Cruz, 1980) e um estudo sobre o pensamento econômico e as relações entre agricultura e indústria (de Carvalho, 1978). Esta breve lista deve incluir também os capítulos introdutórios a uma coleção de textos de Caio Prado Jr. (Iglesias, 1982) e Celso Furtado (De Oliveira, 1983).

II) Não há possibilidade de conquistar uma industrialização suficiente e racional do país mediante o jogo espontâneo das forças do mercado, e por isso é necessário que o Estado planeje o processo;

III) O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos para promover essa expansão;

IV) O Estado deve, ainda, orientar a expansão, captando e fornecendo recursos financeiros, e realizando investimentos diretos naqueles setores nos quais a iniciativa privada é insuficiente.

Na sessão I deste capítulo, descrevem-se as características básicas das cinco principais correntes existentes no período estudado, a saber, as três variantes do desenvolvimentismo (desenvolvimentismo do setor privado, desenvolvimentismo não "nacionalista" e do setor público e desenvolvimentismo "nacionalista" do setor público), o neoliberalismo (a direita do desenvolvimentismo) e a corrente socialista (a sua esquerda). Em cada uma das quatro primeiras correntes faz-se referência à obra dos economistas mais representativos (Eugênio Gudín, Roberto Simonsen, Roberto Campos, Celso Furtado) e se menciona, ainda, o pensamento de Ignácio Rangel, autor que, por sua independência, não pode ser classificado em nenhuma das correntes mais importantes.

Na seção II mostra-se a evolução da controvérsia desenvolvimentista e se analisam os fatores históricos que a determinaram. Os períodos utilizados correspondem à evolução das idéias econômicas e suas relações com as distintas conjunturas econômicas e políticas pelas quais passou o país nos decênios estudados. Para compreender essa evolução, emprega-se como conceito-chave o de "ciclo ideológico do desenvolvimentismo", segundo o qual o pensamento desenvolvimentista originou-se entre os anos 1930 e o fim da Segunda Guerra Mundial, amadureceu nos dez anos seguintes, viveu seu apogeu durante o governo do presidente Kubitschek (1956-1960) e entrou em crise nos primeiros anos do decênio de 1960.

Algumas advertências são de imediato necessárias. Antes de mais nada, este não é um trabalho sobre a natureza do Estado brasileiro, mas sim sobre a literatura econômica no Brasil; assim, quando se diz, por exemplo, que a crise do pensamento econômico desenvolvimentista – tal como está aqui definido – ocorreu no princípio dos anos 1960, nada se está dizendo sobre o Estado desenvolvimentista brasileiro, cujo fortalecimento posterior ao golpe militar de 1964 é um fato inquestionável. Tampouco se trata de uma investigação sobre as ideologias econômicas das classes sociais no Brasil, já que a pretensão neste ponto não vai além de uma modesta contribuição marginal, oferecida como referência ao pensamento econômico divulgado por associações patronais, como

a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Por último, cabe mencionar que a investigação é estritamente uma "história intelectual"; portanto, não é uma investigação sobre história econômica ou sobre história política, e muito menos uma perigosa tentativa de explicar a história real a partir da história das idéias.

Antes de seguir adiante, convém fazer uma breve descrição do quadro analítico subjacente ao debate desenvolvimentista brasileiro.

O fato de que o debate tenha tido poucos compromissos com os rigores da produção acadêmica evidentemente não significa que seus participantes tenham estado imunes à influência daquilo que se escrevia sobre teoria do desenvolvimento. Mais ainda, os muitos argumentos teóricos antiliberais que apareciam nesse âmbito – cepalinos ou não – foram esgrimidos como freqüência por economistas defensores da industrialização na difícil disputa contra a teoria e a ideologia da supremacia do mercado, amplamente estabelecida na tradição do país.

Enumeram-se em seguida os principais argumentos utilizados na confrontação com as teses liberais. Se se contabilizasse a freqüência com que tais argumentos foram empregados no debate brasileiro dos anos 1950, observar-se-ia seguramente um uso maior dos argumentos idealizados pela CEPAL (os três primeiros do quadro) e daqueles que a CEPAL analisou e ajudou a difundir (o quarto e o quinto), e um uso menor dos demais argumentos.²

2. Com exceção do argumento das "economias externas", também muito utilizado, e sem esquecer que o da industrialização incipiente foi muito empregado nos anos 1940.

Argumentos	Uso pela CEPAL	Uso pelos economistas brasileiros
Deterioração da relação de preços de troca (Prebisch-Singer)	Sim	Sim
Desemprego/deterioração da relação de preços de troca (baixa demanda internacional de produtos primários)	Sim	Sim
Desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos	Sim	Sim
Vulnerabilidade aos ciclos econômicos	Sim	Sim
Ineficiência no transplante das técnicas agrícolas a culturas tropicais, comparativamente com o transplante de técnicas industriais	Marginalmente	Sim
Economias externas	Marginalmente	Sim
Indivisibilidade do capital	Marginalmente	Sim
Indústria incipiente	Não	Sim

Uma simples enumeração, que indica o uso dos argumentos, é, sem dúvida, insuficiente para mostrar a influência da CEPAL nas bases conceituais da industrialização brasileira. O mais importante da contribuição teórica cepalina ao debate brasileiro foi haver proporcionado aos economistas desenvolvimentistas o que se poderia chamar de um novo sistema analítico: a teoria do desenvolvimento periférico.

Ainda que se deva reconhecer que a coerência e amplitude da contribuição cepalina somente foram descritas com precisão em trabalhos posteriores de consolidação das idéias do organismo (por exemplo, em CEPAL, 1960 e Rodríguez, 1980), não seria exagerado dizer que a combinação dos distintos elementos da explicação cepalina para o que ocorria nas economias da América Latina formava um novo sistema analítico. Os elementos desse sistema que mais influíram no pensamento dos economistas desenvolvimentistas brasileiros (sobretudo sua corrente nacionalista) foram:

I) A caracterização do subdesenvolvimento como uma condição da periferia (o conceito de "centro-periferia");

II) A identificação do processo de industrialização espontâneo que vinha ocorrendo desde os anos 1930, e o reconhecimento de seu significado histórico para as economias subdesenvolvidas do continente;

III) A industrialização nas estruturas subdesenvolvidas típicas da periferia, vista como um padrão de desenvolvimento sem precedentes e problemático (o baixo grau de diversificação e heterogeneidade estrutural determinariam tendências perversas, quer dizer, tendências ao desemprego, à deterioração da relação dos preços de troca, ao desequilíbrio externo e à inflação);

IV) A inflação interpretada como um fenômeno com causas estruturais.

I – Correntes de pensamento e seus principais economistas

O panorama conceitual do pensamento econômico do período estudado está organizado, como foi assinalado, em termos de correntes de pensamento econômico. Ele é apresentado, de forma sintética, no Quadro I, no qual as correntes de pensamento se definem a partir de seus projetos econômicos básicos. Nosso conceito-chave é o de desenvolvimentismo. Como se disse antes, tal desenvolvimentismo foi o projeto de superar o subdesenvolvimento por meio da industrialização integral, com apoio do planejamento e um forte respaldo estatal. As cinco correntes de pensamento que foram identificadas a partir do conceito (a neoliberal, as três correntes desenvolvimentistas e a socialista) permitem-nos classificar a grande maioria dos economistas e intelectuais que participaram do debate econômico brasileiro em 1945-1964 (com a exceção principal de Ignácio Rangel).

I. A corrente neoliberal

Esta corrente foi, conjuntamente com as desenvolvimentistas nacionalistas, a mais importante expressão do pensamento econômico no período estudado. Sempre participou ativamente do debate econômico, gerando políticas econômicas criticadas pelos desenvolvimentistas, ou avançando críticas às proposições destes últimos.

A ideologia econômica brasileira desde os primórdios do século XIX até os anos 1930 foi liberal por tradição. A crise internacional e as transformações políticas, econômicas e sociais que se seguiram debilitaram sua base de sustentação real. Originaram-se, a partir daí, outras concepções do pensamento econômico brasileiro. Como reação, a ideologia liberal precisou passar por transfor-

mações que lhe permitissem resistir frente à nova realidade. O neoliberalismo brasileiro foi resultado deste processo.

Os economistas neoliberais continuaram, no essencial, defendendo o sistema de mercado como fórmula básica de eficiência econômica. Eram, portanto, primordialmente liberais. O prefixo "neo" tem um significado muito preciso: representa o fato de que os liberais brasileiros, em sua maioria, passavam a admitir, na nova realidade posterior a 1930, a necessidade de alguma intervenção estatal saneadora das "imperfeições do mercado" que – assim o reconheciam – afetava as economias subdesenvolvidas como a brasileira. Trata-se de uma posição análoga à dos liberais que fizeram concessões ao keynesianismo, admitindo medidas anticíclicas como forma de reconduzir economias subdesenvolvidas a uma situação que, em sua opinião, os mecanismos de mercado podiam voltar a garantir o equilíbrio e a eficiência.

A posição dos economistas da corrente neoliberal no Brasil caracterizava-se por três aspectos fundamentais:

I) Eram partidários da redução da intervenção do Estado na economia brasileira;

II) Manifestavam-se continuamente em favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro;

III) Não propunham medidas de apoio ao projeto de industrialização, e muitos eram contrários à própria idéia da industrialização (e partidários da idéia da "vocação agrária").

Em tal defini o cabem diferentes tipos de economistas. Eram neoliberais, por exemplo, Eugênio Gudim e Daniel de Carvalho, cuja linguagem estava associada ao princípio da divisão internacional de trabalho clássica, e que se opunham ao protecionismo e   estratégia de industrializa o. Eram-no têm também economistas como Octavio Gouveia de Bulhões, Dênio Nogueira e Alexandre Kafka, que tinham uma percep o muito mais clara da força e da irreversibilidade do processo de industrializa o em curso, mas que participavam do debate com a preocupa o essencial de estabilidade monetária. Ademais, não apenas nunca propunham políticas de apoio   industrializa o, como também quase sempre criticavam-nas, aduzindo que produziam desequilíbrios macroecon micos. (Observe-se que nesta classifica o enquadram-se aqueles que, além de realçar a necessidade de controlar a infla o e equilibrar o balanço de pagamentos, aplicavam um marco de referência desenvolvimentista, como sucedia com Roberto Campos, o líder da corrente desenvolvimentista não nacionalista.)

Os neoliberais opunham-se com força à crescente intervenção estatal na economia brasileira. Sem dúvida, faziam algumas concessões a respeito do que seria uma posição liberal pura perante o tema. Por exemplo, aceitavam a idéia de que o governo tivesse alguma influência no comércio externo do país, de modo a enfrentar os problemas que resultassem das características da oferta e demanda internacionais de produtos primários. Admitiam, ainda, o apoio do governo a atividades vinculadas à saúde, à educação e à assistência técnica à agricultura, assim como algum apoio creditício a atividades de infra-estrutura (as quais deveriam ser preferencialmente executadas por empresas estrangeiras, e nunca por empresas estatais).

Eugênio Gudín foi o líder teórico dos neoliberais. Sem dúvida, sua importância no pensamento econômico brasileiro foi muito adiante da grande e influente liderança conservadora que exerceu: foi um pioneiro no que se refere ao ensino da teoria econômica e à legitimação da profissão do economista no Brasil. Neste sentido, pode ser considerado o patrono de todos os economistas brasileiros.

Gudín abordou com desenvoltura todos os aspectos principais da economia política brasileira, e colocou questões com coerência e vivacidade. Seus textos, quase sempre escritos em linguagem acessível, inclusive para leigos em economia, não apenas atraíram a atenção dos economistas e políticos conservadores em busca de argumentos que respaldassem suas proposições, como também a atenção da intelectualidade desenvolvimentista. Esta se via continuamente obrigada ao exercício da crítica diante das análises de Gudín, tanto pelo reconhecimento da importância prática que estas análises tinham, como pela solidez e coerência de sua argumentação. Dada a forma em que divulgava os postulados neoliberais, é fácil compreender a importância que teve para a análise dos desenvolvimentistas a interpretação antiliberal inspirada em Prebisch e, de modo geral, nos textos da CEPAL.

A exígua dimensão deste artigo não permite descrever o pensamento de Gudín; mas, a título de ilustração de seu estilo de raciocínio, cabe resenhar seu tratamento dos assuntos relativos ao comércio exterior e à inflação. Quanto ao primeiro, Gudín reinterpretou os grandes enunciados das teorias liberais diante dos problemas revelados pela depressão cíclica do período entre as duas grandes guerras. Reconhecia que havia especificidades na maneira como a crise afetava as economias "reflexas" – termo que criou em 1940 – e seguiu admitindo essa tese durante muitos anos de "escassez de dólares", posteriormente à segunda guerra. Reconhecia os problemas derivados da inelasticidade da oferta e da demanda de produtos primários, assim como a fragilidade das economias "reflexas" frente às oscilações cíclicas das economias desenvolvidas. Sem dúvida,

contrariamente aos desenvolvimentistas, esse tipo de reconhecimento não o levou a advogar a industrialização. Para ele, a solução estava em utilizar uma série de medidas destinadas a influir sobre os preços e sobre o nível de produção. Suas concessões ao limite da intervenção estatal no comércio externo não passavam deste ponto. Em sua opinião, a economia brasileira não estava preparada para a industrialização, e a prova era que as forças do mercado não a promoviam.

No tocante à inflação, Gudín fazia sistematicamente referência à idéia da existência do pleno emprego na economia brasileira – "hiperemprego e baixa produtividade", dizia – como se estivesse reconhecendo, de maneira keynesiana, a importância de considerar a capacidade de resposta do sistema produtivo às pressões da demanda. Nesse sentido, a utilização do termo "monetarista" para qualificar Gudín é arriscada. Seguramente, de outros dois sentidos não o é: primeiro, do ponto de vista da interpretação estruturalista, contra a qual Gudín opôs-se fortemente; e, segundo, do ângulo da crítica de corte keynesiano, segundo a qual a política econômica implantada por Gudín era monetarista, tanto porque a idéia da existência de pleno emprego era equivocada, como porque não levava em conta os efeitos depressivos das políticas de estabilização.

2. As correntes desenvolvimentistas

Como se assinalou anteriormente, é possível distinguir três correntes desenvolvimentistas: uma composta por pessoas associadas a instituições do setor privado da economia, e outras duas formadas por pessoas que integravam o setor público (que chamamos de nacionalista e não nacionalista, respectivamente.) Seus traços comuns eram fundamentalmente o projeto de estabelecer um capitalismo industrial moderno no país, e a convicção de que para isso era necessário planificar a economia e praticar distintas formas de intervenção governamental. Seus traços distintivos são resenhados a seguir:

I) Os economistas desenvolvimentistas tinham, segundo sua carreira profissional, preocupações e linguagens de algum modo diferentes. Aqueles que atuavam no setor privado defendiam os interesses empresariais de uma forma que era alheia aos que trabalhavam no setor público, pela força dos compromissos que estes últimos naturalmente assumiam.

II) No setor público havia duas posições desenvolvimentistas básicas quanto à intervenção estatal. Os economistas que denominamos não nacionalistas propunham soluções privadas para projetos industriais e de infra-estrutura, com uso de capital estrangeiro ou nacional, e admitiam a intervenção estatal somente em último caso. Os que vimos chamando de nacionalistas, pelo contrário, pro-

punham a estatização dos setores de mineração, transporte, energia, serviços públicos em geral e alguns ramos da indústria básica. Entre os desenvolvimentistas do setor privado, as posições sobre o tema não eram uniformes, pois alguns aproximavam-se da primeira posição e outros tinham uma visão mais nacionalista.

III) As três correntes adotavam posições distintas perante o controle da inflação: a corrente não nacionalista inclinava-se por programas de estabilização monetária, enquanto as outras duas eram contrárias aos mesmos. Estas últimas, a seu turno, diferenciavam-se na análise do problema. No setor privado, a grande preocupação era evitar a diminuição do crédito, e não se adotava a interpretação estruturalista; enquanto que os nacionalistas preocupavam-se tanto com a redução do crédito como com a descapitalização do Estado, e adotavam, nos anos 1950, uma visão estruturalista da questão inflacionária.

O desenvolvimentismo surgiu no período 1930-1945. A crise econômica internacional, suas repercussões internas e a centralização política nacional posterior à revolução de 1930 estão entre os principais fatores que explicam a aparição desta ideologia econômica.

Cabe assinalar que os dois pilares do desenvolvimentismo foram cimentados simultaneamente. Em primeiro lugar, no setor privado, entidades representativas dos interesses empresariais, como a CNI, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e outras, ampliavam nessa época seu horizonte de reivindicações. Roberto Simonsen concebeu e divulgou, por intermédio de tais entidades, uma estratégia de industrialização, com planejamento e forte intervenção estatal. O processo de conscientização somente obteve resultados definitivos na segunda metade dos anos 1950, mas a indiscutível liderança de Roberto Simonsen entre os empresários industriais já havia produzido uma legitimidade inicial.

Em segundo lugar, no setor público, a partir de 1930 e sobretudo durante o período do Estado Novo (1937-1945), criaram-se diversos organismos dedicados a encarar os problemas de alcance nacional. Automaticamente, seus técnicos civis e militares deveriam refletir sobre todos os grandes problemas do desenvolvimento econômico nacional de forma ampla e integrada, o que contribuiu para gerar a ideologia desenvolvimentista.

A corrente desenvolvimentista do setor privado apoiou-se no primeiro desses pilares. As correntes desenvolvimentistas do setor público – sobretudo a nacionalista – apoiaram-se no segundo, mas receberam grande influência e apoio de Roberto Simonsen. Na segunda metade dos anos 1940, por exemplo, quando o liberalismo do começo do governo do Presidente Dutra costumava

imobilizar os organismos fundados por Vargas, Simonsen criou um departamento econômico na CNI e nomeou como chefe do mesmo Rômulo de Almeida. Após a morte de Simonsen, em 1948, Almeida seria o principal economista desenvolvimentista do Brasil até meados dos anos 1950, quando a liderança passaria para Celso Furtado (entre os nacionalistas), e para Roberto Campos entre os não nacionalistas.

O ano da morte de Simonsen coincidiu com o da criação da CEPAL. Essa coincidência histórica é um ponto de referência na evolução do desenvolvimentismo, pois em pouco tempo a CEPAL ajudaria a continuar o trabalho de legitimação do projeto desenvolvimentista, compensando a perda de seu principal defensor, e oferecendo um avanço importante: um poderoso instrumental analítico antiliberal, que foi parcialmente incorporado pelos desenvolvimentistas do setor privado e integralmente incorporado pela maioria dos desenvolvimentistas nacionalistas.

2.1. O desenvolvimentismo no setor privado

Os eventos históricos posteriores à Revolução de 30 abriram para um pequeno grupo de empresários industriais, reunidos em associações patronais, uma nova perspectiva: a de que o setor industrial teria um papel central no futuro da economia nacional. Esta pequena elite empresarial vivia o que se pode denominar uma experiência pioneira no planejamento. No esquema corporativo do Estado Novo ela teve participação em vários dos organismos econômicos governamentais que foram criados. Desta maneira, houve um fértil cruzamento ideológico entre sua visão de mundo e as idéias e conceitos desenvolvimentistas que surgiam nas novas entidades, onde se discutia e se decidia sobre temas como comércio exterior, energia, transportes, indústria siderúrgica e tantos outros de âmbito nacional.

O departamento econômico da CNI que havia sido criado por Simonsen em 1946 seria, nos anos seguintes e nos anos 1950, a principal fonte de formulação das idéias econômicas do desenvolvimentismo no setor privado. Essas idéias transmitiam uma dupla preocupação: defender um projeto de industrialização planejada e proteger os interesses do capital industrial privado. Portanto, os desenvolvimentistas do setor privado tanto podiam fincar pé em proposições de política econômica frente a todos os desenvolvimentistas, como podiam voltar-se a proposições destinadas a defender interesses específicos e às vezes imediatos da classe empresarial.

Simonsen foi o grande ideólogo do desenvolvimentismo. É necessário assinalar, para aquilatar devidamente sua influência intelectual, que sua importância

no pensamento econômico brasileiro enraíza-se no conteúdo ideológico de sua obra. No nível analítico, ao contrário, suas formulações eram insuficientes, o que é compreensível pelo vazio teórico que predominava nos países subdesenvolvidos nos anos 1930 e 1940, vazio que, na América Latina, somente foi superado depois do surgimento das teses cepalinas.

No que concerne à ideologia econômica, seguramente, a obra de Simonsen contém todos os elementos básicos do repertório desenvolvimentista das correntes que nos anos 1950 favoreciam a implantação de um capitalismo industrial no país: por exemplo, a compreensão de que ocorria um processo de reestruturação produtiva nas economias latino-americanas e de que isso oferecia a possibilidade histórica de superar o subdesenvolvimento e a pobreza; idéia de que o êxito do projeto de industrialização dependeria de um forte apoio governamental (com planejamento e protecionismo), e a proposição de que o Estado deveria investir diretamente nos setores em que a iniciativa privada fosse insuficiente.

2.2. O desenvolvimentismo no setor público

A corrente desenvolvimentista não nacionalista no setor público – menos numerosa do que a nacionalista, mas bastante ativa e influente na esfera do governo – era integrada por economistas que acreditavam que o capital estrangeiro podia fazer uma ampla contribuição ao processo de industrialização.

Desde suas origens nos anos 1930 e 1940, o desenvolvimentismo foi uma ideologia econômica com fortes vínculos com o nacionalismo. Entre os que acreditavam que a industrialização era a via para sair da pobreza, a maioria postulava que não se podia esperar o concurso do capital estrangeiro para esse fim. Os mais radicais viam o capital estrangeiro como um grupo monolítico de interesses imperialistas e antagônicos ao projeto. E, entre os mais moderados, predominava a visão de que, pelo menos nos setores fundamentais ao processo de industrialização – como energia, transporte e mineração –, o Estado deveria garantir que o controle das decisões fosse nacional.

A corrente que, por falta de um melhor termo, estamos chamando de desenvolvimentista não nacionalista, aglutinou aquela minoria de economistas que acreditavam que o projeto de industrialização podia beneficiar-se amplamente das inversões estrangeiras. Surgiu basicamente no início dos anos 1950, em torno do projeto que criou, durante o segundo governo de Vargas, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1950-1954) – encarregada de estudar 41 projetos de inversão em infra-estrutura – e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), fundado em 1952.

Nesse projeto, que teria o apoio dos desenvolvimentistas nacionalistas, apareciam os principais nomes do desenvolvimentismo não nacionalista: Horácio Lafer, Valentim Boucas, Ary Torres, Glycon de Paiva e, em fase de formação ideológica para um posterior alinhamento, o então nacionalista Roberto Campos.

Naquele momento o projeto desenvolvimentista estava amadurecendo. O entusiasmo com que estes homens apoiaram o elemento fundamental da posição desenvolvimentista – a saber, o projeto de industrialização planejada –, fez com que as divergências que os separavam da maioria de seus pares desenvolvimentistas do setor público ficassem em segundo plano. Sem dúvida, pouco a pouco suas divergências básicas se foram perfilando:

I) Ainda que não fossem, em geral, totalmente contrários aos investimentos estatais, os desenvolvimentistas não nacionalistas atacavam a multiplicação destas empresas sob o argumento de que o Estado não devia ocupar o espaço em que a iniciativa privada podia atuar com maior eficiência. Como os conflitos concretos apresentavam-se no tocante a investimentos em grandes projetos de infra-estrutura e de mineração, em relação aos quais o capital nacional privado não tinha dimensão suficiente, a posição dos desenvolvimentistas correspondia à opção pelo capital estrangeiro, preferencialmente ao estatal.

II) Fincavam pé na necessidade de controlar a inflação e não duvidavam em apoiar medidas de estabilização monetária.

O economista que mais se destacou nesta corrente foi Roberto Campos. Possuidor de uma boa base teórica em economia e de uma capacidade crítica sem igual entre os economistas brasileiros, Campos foi um polemista agudo e envolvente, capaz de confundir a seus mais inteligentes adversários.

Observado à luz do processo histórico real vivido pelo Brasil, Campos aparece no cenário dos anos 1950 como um pensador certeiro: apostou na industrialização por meio da internacionalização do capital e do apoio do Estado, e ganhou a aposta.

No panorama político brasileiro do período aqui considerado, Campos representa a “direita” da posição desenvolvimentista. Por um lado, trabalhou pelo projeto de industrialização do país, por exemplo, como principal formulador do Plano de Metas do Presidente Kubitschek e também como seu principal executor, na qualidade de Secretário-Geral e logo depois Presidente do BNDE, entre 1956 e 1959. A ele se deve a concepção do planejamento parcial ou setorial que rege o Plano. A idéia, mais tarde elaborada teoricamente por Hirschman, era a seguinte: a estratégia ideal de intervenção do governo seria a de concentrar-se nos “pontos de estrangulamento” do sistema industrial, com o que estes

se transformariam em "pontos de germinação e crescimento", já que automaticamente gerariam estímulos de mercado para o setor privado no restante das atividades econômicas.

Por outro lado, Campos defendeu a idéia de atrair capital estrangeiro, inclusive para os setores de mineração e energia, e atacou a solução estatal em quase todos os casos para os quais se podia pensar numa solução privada. Ademais, divergia da interpretação estruturalista da inflação, e ainda em seus escritos deste período não se alinhou com a posição estritamente monetarista do fenômeno – a importância que dava à adoção de políticas inflacionárias que podiam tornar-se recessivas fazia com que seus opositores o identificassem politicamente com a ortodoxia neste campo teórico

2.3. O desenvolvimentismo nacionalista no setor público

A centralização do poder sob Getúlio Vargas nos anos 1930 deu origem a um conjunto de organismos de planejamento (como o Departamento Administrativo de Serviço Público, o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Conselho Nacional de Petróleo, etc.), nos quais se formaram as primeiras equipes de técnicos civis e militares preocupados com o problema do desenvolvimento industrial brasileiro. Homens como Barbosa Carneiro, Horta Barbosa e Macedo Soares foram o embrião da corrente desenvolvimentista nacionalista, que seria nos anos 1950, ao lado da neoliberal, a linha de pensamento mais importante do país. Naqueles primeiros tempos, alguns dos nacionalistas que se destacariam no decênio de 1950 fizeram seu aprendizado junto aos pioneiros. Esse foi o caso, por exemplo, de Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira e Américo Barbosa de Oliveira.

No imediato pós-guerra, o desenvolvimentismo nacionalista sobreviveu ao liberalismo do governo de Dutra em alguns núcleos de resistência, entre eles o já mencionado Departamento Econômico da CNI e a recém-criada Fundação Getúlio Vargas (onde o grupo de Gudín e Bulhões somente passaria a ter hegemonia a partir de 1952, depois da saída de Richard Lewinsohn e Américo e Oliveira). O segundo governo de Vargas deu aos nacionalistas novas condições de organização, a partir da criação de instituições como a Assessoria Econômica do Presidente e o BNDE. O grande encontro dos desenvolvimentistas nacionalistas ocorreu em meados dos anos 1950, quando Celso Furtado e Américo de Oliveira criaram o Clube dos Economistas, entidade que reuniu algumas dezenas de técnicos do governo federal e alguns desenvolvimentistas do setor privado.

Os desenvolvimentistas nacionalistas defendiam, como os demais desenvolvimentistas, a implantação de um capitalismo industrial moderno no país.

Seu principal traço distintivo era uma forte inclinação pela intervenção do Estado na economia, mediante políticas de apoio à industrialização – integradas tanto quanto possível num sistema de planejamento –, entre as quais se incluíam os investimentos estatais nos setores considerados básicos.

Estimavam que a acumulação de capital nestes setores não podia permanecer à espera da iniciativa e do arbítrio do capital estrangeiro, e que necessitava do controle e da direção de capitais nacionais, isto é, do Estado, já que a debilidade do capital privado nacional não permitia soluções privadas.

Em particular no que concerne aos setores que estavam então dominados pelo grande capital estrangeiro – como transporte e energia elétrica –, o que este ambicionava dominar – como petróleo e mineração em geral –, a ideologia da industrialização adquiria uma conotação fortemente nacionalista e estatizante. O mesmo ocorria frente a alguns setores da indústria básica, em especial a grande indústria química e a siderurgia. Mas nos demais setores industriais o capital estrangeiro era bem-vindo pelos desenvolvimentistas nacionalistas. Este é um ponto que nem sempre é captado pelos especialistas na industrialização brasileira. Ele explica, por exemplo, por que o nacionalista Lúcio Meira foi o grande articulador do Plano de Metas no que concerne a trazer ao país a indústria automotriz estrangeira. As restrições que os desenvolvimentistas postulavam nestes casos referiam-se à necessidade de controles, em particular sobre a remessa de lucros para o exterior, que consideravam uma séria ameaça ao equilíbrio da balança de pagamentos e, portanto, à continuação do processo industrializador.

Além da ênfase na intervenção estatal, cabe mencionar duas outras características do pensamento nacionalista que o distinguiam das outras idéias desenvolvimentistas. Primeiro, os economistas nacionalistas faziam uma defesa sistemática da subordinação da política monetária à política do desenvolvimento. Eram, nesse ponto, aliados dos economistas do setor privado, mas diferenciavam-se dos mesmos em sua interpretação do processo inflacionário e na forma de atacá-lo: introduziram e difundiram no Brasil o estruturalismo cepalino e, com raras exceções, não consideraram as medidas de curto prazo – as que para os desenvolvimentistas do setor privado freqüentemente incluíam a redução salarial e tributária.

A outra característica que distinguiam os nacionalistas das demais correntes desenvolvimentistas era sua inclinação política para medidas econômicas de conteúdo social. Em sua grande maioria, os economistas nacionalistas tinham particular preocupação com o desemprego, a pobreza e o atraso cultural da população brasileira, e pelo arcaísmo das instituições do país. Seguramente, não

se deve exagerar a centralidade que esses aspectos tinham em seu pensamento, pois eram muito menos importantes do que as proposições sobre a intervenção estatal e sobre a política antiinflacionária. Nos anos 1940 e 1950 a mensagem básica que seus textos transmitiam limitava-se praticamente a assinalar que a industrialização era um processo transformador capaz de destruir, por si mesmo, as bases conservadoras da sociedade e de viabilizar a superação da miséria. O "reformismo" dos desenvolvimentistas nacionalistas somente apareceria com destaque nos anos 1960, já na conjuntura da crise que culminou com o golpe de Estado que os privou do tempo histórico necessário para redefinir o projeto desenvolvimentista de maneira a incorporar em sua agenda política as "reformas de base". Voltaremos a este ponto mais adiante.

Celso Furtado foi o grande economista do desenvolvimentismo nacionalista. Participante de primeira hora das discussões iniciais promovidas pelo mestre Prebisch na CEPAL, Furtado cedo aplicou o novo esquema analítico cepalino à interpretação da economia brasileira. Difundiu-o no Brasil com grande competência, e proporcionou consistência analítica e unidade ao pensamento econômico de uma grande parte dos técnicos governamentais que trabalhavam a favor do projeto de industrialização do Brasil. Dotou-os, dessa maneira, de um instrumental analítico necessário para entender o subdesenvolvimento brasileiro e para combater as interpretações e as propostas de seus adversários. A enorme liderança de Furtado explica-se por sua admirável capacidade de combinar a criação intelectual com o esforço executivo, e de abrir espaço à implementação das tarefas do desenvolvimento. Ele transformou-se, por essas razões, em uma espécie de símbolo da esperança desenvolvimentista brasileira nos anos 1950.

Seu trabalho intelectual no período aqui analisado foi um criativo exercício de refinamento, aplicação e divulgação do pensamento estruturalista. Sua obra contém as três características que, em seu conjunto, singularizam o conteúdo político do pensamento econômico dos nacionalistas frente às demais correntes desenvolvimentistas. Sublinha, em primeiro lugar, a defesa da liderança do Estado na promoção do desenvolvimento, por meio de investimentos em setores estratégicos e, sobretudo, planejamento econômico. Segundo, contém a proposta estruturalista de submissão das políticas monetária e cambial à política de desenvolvimento, que foi a base da argumentação nacionalista ante os programas de estabilização propostas pelo FMI. Por último, revela um compromisso com reformas de conteúdo social; este compromisso ganha espaço cada vez maior em seus textos, começando pela defesa da tributação progressiva, passando pelo projeto de desenvolvimento da região mais atrasada do país – criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – e chegando ao apoio à reforma agrária.

Seu livro *Formação econômica do Brasil* é uma das principais obras do estruturalismo cepalino. Imediatamente identificado como um marco na historiografia brasileira, o livro foi um instrumento do autor em seu trabalho de consolidação da consciência desenvolvimentista no Brasil, que necessitava de uma base de argumentação histórica. A obra trouxe consigo um grande avanço no enfoque estruturalista no país. Para entendê-lo, deve-se considerar que em princípios dos anos 1950 tal enfoque era duplamente vulnerável. Em primeiro lugar, a proposta analítica estruturalista tinha uma forma na verdade bastante assistemática. Segundo, para alcançar uma boa acolhida da proposta, era necessário demonstrar que a evolução histórica dos países que em meados do século XX continuavam subdesenvolvidos era necessariamente distinta daquela dos países desenvolvidos. Somente assim era possível legitimar a idéia de que suas estruturas econômicas e os problemas de sua transformação também eram distintos, a ponto de exigir uma criteriosa adaptação das teorias em voga e um esforço próprio de elaboração teórica. O livro é uma resposta a uma dupla vulnerabilidade. Primeiro, porque embora não pretendesse teorizar sobre o enfoque estruturalista, a clareza do texto automaticamente reforçava a mensagem teórica cepalina. E segundo, e mais importante, porque apresentava um estudo histórico decisivo para a aceitação do referido enfoque, pelo menos no que se refere ao Brasil.

3. O pensamento socialista

O desenvolvimentismo postulou a superação da pobreza e do atraso da economia brasileira por meio de uma industrialização planejada. Foi a ideologia subjacente ao projeto econômico, dirigida à crença num capitalismo industrial no país. À sua esquerda havia uma corrente de pensamento cuja reflexão econômica partia da perspectiva da revolução socialista, ou da transição ao socialismo. A essa corrente, formada por intelectuais associados ao partido comunista – e, no início dos anos 1960, também por intelectuais dissidentes do partido –, damos a denominação de "socialista".

O contraste entre o pensamento econômico da corrente socialista e o do desenvolvimentista é esclarecedor. Tal como os desenvolvimentistas, os socialistas defendiam a estratégia de industrialização, com forte intervenção estatal – como via de "desenvolvimento das forças produtivas", em sua linguagem – e eram igualmente defensores dos investimentos estatais em setores básicos da economia, assim como do controle do capital estrangeiro. Sem dúvida, a perspectiva da qual os socialistas faziam suas análises era totalmente distinta, já que toda sua reflexão se fazia a partir da discussão da etapa da revolução socialista definida pelo partido comunista brasileiro. O problema das inversões

estatais, por exemplo, enquanto os desenvolvimentistas propunham-no simplesmente como forma de garantir a industrialização, sem entrar em maiores considerações de natureza política, os socialistas viam o tema como parte da discussão sobre a transição ao socialismo, e dentro da agenda política da promoção dessa transição. De fato, em que pese que a direção do partido encarava com certa desconfiança sua intelectualidade, toda a reflexão econômica da corrente socialista estava subordinada à discussão interna do partido sobre sua tática revolucionária e sua plataforma de luta política. Assim foi em todas as questões econômicas analisadas: capital estrangeiro ou estatização; inflação e balanço de pagamentos; reforma agrária, ou qualquer outro tema da economia política da época.

A corrente socialista foi, possivelmente, a principal responsável pela introdução no debate econômico dos aspectos referentes às "relações de produção". Ademais, por meio de homens como Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré, teve também grande influência na introdução e difusão de uma perspectiva histórica no debate sobre a economia brasileira. Sem dúvida, apesar desses indiscutíveis méritos, a análise econômica propriamente dita foi relativamente frágil nessa corrente de pensamento.

A discussão do processo revolucionário tinha por matriz teórica o materialismo histórico. A idéia marxista de que a evolução histórica da humanidade processa-se por meio de uma bem definida sucessão de modos de produção e de que esses movimentos se dão por meio da luta de classes dominava a análise dos socialistas no campo político e, a partir daí, determinava os grandes contornos da análise econômica. Na verdade é difícil, no caso dos socialistas, falar em teoria econômica subjacente a sua análise. Por um lado, rechaçavam a aplicação da teoria econômica corrente à interpretação da economia brasileira, de maneira inclusive mais radical que os estruturalistas (que somente propunham que esse uso fosse seletivo e adaptado ao caso dos países periféricos e que se tivesse o direito de formular e utilizar teorias próprias). Por outro lado, não fizeram um esforço analítico remotamente comparável ao dos estruturalistas. O uso da própria economia marxista foi limitado. Por exemplo, os textos de Caio Prado Jr. — o intelectual mais importante dedicado à difusão da análise marxista — eram de natureza teórica e didática, e não se referiam à análise da economia brasileira.

A aplicação do materialismo histórico ao caso brasileiro levava, em síntese, à idéia de que a sociedade passava por uma etapa de superação da economia colonial exportadora e de transição para uma economia industrial moderna. Até este ponto, a interpretação seria idêntica à dos desenvolvimentistas, se não fosse por dois aspectos básicos: primeiro, que essa transição era vista como uma

etapa necessária para a luta pela implantação do socialismo; e, segundo, que para garanti-la era necessário eliminar radicalmente duas contradições herdadas do período anterior: o monopólio da terra (contradição interna) e o imperialismo (contradição externa). A análise econômica da corrente socialista, profundamente comprometida, como se assinalou, com as lutas políticas do partido comunista, teve por referência e estímulo a pugna pela reforma agrária e pela eliminação do imperialismo, e todos os problemas básicos da economia brasileira foram tratados a partir desse enfoque.

A corrente socialista pouco analisou o tema cambial e, quando o fez, submeteu a reflexão à relação entre o liberalismo e o imperialismo. A inflação foi, igualmente, tema secundário no pensamento dos autores socialistas, e seu tratamento manteve-se bem abaixo do nível analítico que foi logrado no debate entre estruturalistas e monetaristas; na maioria dos casos, os argumentos eram apresentados com o objetivo principal de realizar as conclusões políticas que poderiam ser extraídas dos mesmos: por exemplo, que a inflação era fruto da desvalorização cambial, que por sua vez resultava da insuficiência de divisas causada pelas remessas de lucros para o exterior, ou pela insuficiência de oferta agrícola motivada pelo monopólio da terra. O único trabalho da corrente socialista que significou um esforço de sistematização no tratamento deste tema foi o de Guimarães (1963), no qual se diz que a inflação é consequência, em primeiro lugar, da estrutura concentrada da propriedade e, em segundo lugar, de uma política econômica a serviço do grande capital (de reformas cambiais e falta de controle do comércio exterior, de gastos públicos e do crédito destinado a aumentar poupanças ou socializar perdas). Essa interpretação tinha afinidade com outra preocupação dos intelectuais socialistas, especialmente Heitor Ferreira Lima e Aristóteles Moura, a saber, a de demonstrar que havia grande concentração da propriedade, sobretudo nos setores da economia em que predominava o capital estrangeiro.

4. O pensamento de um independente: Ignácio Rangel

Ignácio Rangel foi o mais criativo e original dos analistas do desenvolvimento econômico brasileiro. Trabalhou em várias instituições especializadas no processo de desenvolvimento do pós-guerra. Por exemplo, entre 1951 e 1954, na Assessoria Econômica do Presidente Vargas, participou na elaboração dos projetos de criação da Petrobrás e da Eletrobrás; em seguida, no BNDE, participou da execução do Plano de Metas e foi por um tempo chefe do Departamento Econômico. Desse modo, pôde observar o Brasil do ângulo privilegiado de alguns dos principais centros de decisão econômica do país.

Rangel era um socialista que, do ponto de vista da "tática política", aproximava-se da corrente desenvolvimentista nacionalista e, do ponto de vista da análise e de proposições concretas de política econômica, era um independente. Essa independência nos impede de classificá-lo nas correntes de pensamento anteriormente descritas, particularmente porque foi autor do esquema analítico que orientou suas reflexões sobre a economia brasileira.

De fato, e contrastando com a adesão ao estruturalismo cepalino por parte dos desenvolvimentistas nacionalistas e com a adoção do materialismo histórico por parte dos socialistas, Rangel construiu seu próprio quadro analítico – a tese da "dualidade básica da economia brasileira" – e examinou nesse marco quase todos os temas centrais no debate econômico do período.

Rangel não estava em desacordo com as teses básicas do materialismo histórico marxista. Mas considerava que a forma de inserção do Brasil na economia mundial, quer dizer, fosse ele uma economia complementar ou periférica, exigia antes que a assimilação dessa tese se fizesse de forma crítica.

Para trabalhar com essa diferença, Rangel dividiu o conceito de "relações de produção" em "relações internas" e "relações externas". Com essa subdivisão, o autor anunciou a tese de que a história do país corresponde a uma seqüência de etapas caracterizadas pela simultaneidade dos modos de produção, ou seja, a uma seqüência de "etapas de dualidades". Segundo esta tese, nos anos 1950 o país encontrava-se na terceira dualidade (a primeira seria a escravista/capitalista mercantil, que ocupou grande parte do século XIX, a segunda a feudal/capitalista mercantil, iniciada com a crise do escravismo nos últimos decênios do mesmo século). A terceira dualidade havia começado com a crise nas relações externas de produção que levou aos graves problemas dos anos 1930. Nesse momento, o desenvolvimento das forças produtivas nacionais estava obstruído pela retração do mercado internacional, determinando profundas transformações nas relações de produção internas e na economia do país. A "formação dominante" no "pólo interno" da economia continuava a ser o latifúndio, enquanto no "pólo externo" a nova formação dominante passava a ser o capitalismo industrial, que substituía o capitalismo mercantil.

Com base nessas idéias, Rangel analisou o papel do Estado, o planejamento, a reforma financeira, a natureza da agricultura brasileira, etc. Enfrentou também toda a esquerda em intensa polêmica sobre a reforma agrária (o autor considerava que essa reforma, ainda que justa, não era viável do ponto de vista político – dada a força dos latifundiários – nem era necessária, não somente porque a agricultura não obstruía o desenvolvimento capitalista, como também porque esse desenvolvimento cumpria por si mesmo a função de minar as bases da

estrutura agrária "feudal"). E analisou a crise brasileira de início dos anos sessenta, agregando aos fatores econômicos da mesma a idéia marxista, de aplicação inédita no país, de que se tratava de uma "crise de realização".

II – A evolução do pensamento econômico: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)

Nesta seção resenha-se brevemente a evolução do pensamento econômico brasileiro no período 1930-1964. Como na seção anterior, centra-se atenção no debate "desenvolvimentista", entendido como o que se deu em torno do projeto de industrialização com forte apoio estatal.

Os períodos aqui utilizados para dar conta do movimento das idéias definiram-se em conformidade com as principais mudanças na história intelectual do projeto de industrialização no Brasil. Identificam-se, na literatura econômica, quatro grandes fases no processo de elaboração do referido projeto: o nascimento do desenvolvimentismo (1930-1945), a maturação do desenvolvimentismo (1945-1955), o apogeu do desenvolvimentismo (1956-1960) e a crise do desenvolvimentismo (1961-1964).

1. O nascimento do desenvolvimentismo: 1930-1945

Entre as investigações sobre a história da industrialização brasileira, há várias que mostram a existência de uma consciência industrialista desde o século passado (Carone, 1976; Dean, 1971; Luz, 1961; Leme, 1978 e Lima, 1875). A leitura desses trabalhos permite identificar, em manifestações de industrialistas anteriores a 1930, três elementos que também se integrariam no quadro ideológico de transição dos anos 1930 e 1940: I) o ataque ao liberalismo, associado à defesa do protecionismo; II) o ataque ao liberalismo, associado a outras formas de apoio ao setor industrial, como o crédito e as isenções fiscais e alfandegárias; e III) a associação entre indústria e "prosperidade" e "progresso".

Essa ideologia de primórdios da industrialização brasileira era marginal à vida do país, como também o era a própria indústria. Em defesa da indústria, não se percebia a mesma como um setor fundamental para a transformação da economia brasileira, e a argumentação tão-somente buscava chamar atenção para os interesses imediatos da indústria incipiente. Os anos 1930 e os da Segunda Guerra Mundial foram o ponto de partida de mudanças profundas.

Nesse momento apareceram, mais ou menos simultaneamente, quatro elementos ideológicos fundamentais para o projeto desenvolvimentista, que se sobrepuseram e ultrapassaram os limites das idéias industrialistas anteriores.

Em primeiro lugar, compreendeu-se que era necessário e viável implantar um setor industrial integrado, capaz de produzir internamente os insumos e bens de capital para a produção de bens finais. Segundo, compreendeu-se que era preciso instituir mecanismos de centralização dos recursos financeiros para tornar possível a acumulação industrial pretendida. Para isso contribuíram, por exemplo, as discussões sobre a viabilidade de grandes projetos, como o da pioneira Companhia Siderúrgica Nacional (construída na primeira metade dos anos 1940). Terceiro, a idéia de que o Estado deve apoiar a iniciativa privada deixou de ser uma proposição isolada de alguns industriais e ganhou maior legitimidade entre as elites empresariais e técnicas do país. E, quarto, o nacionalismo econômico, que até então se havia manifestado muito pouco no país, passou a ter importância. Não somente aumentou o sentimento protecionista do desenvolvimento industrial e o desejo de controlar os usos dos recursos naturais nacionais, como também introduziu-se a idéia de que a industrialização requer planejamento e investimentos estatais diretos em transporte, mineração, energia e indústrias básicas.

Estava-se, assim, nas "origens" da ideologia desenvolvimentista. Para evitar confusão a esse respeito, deve-se recordar que a Revolução de 1930 não foi um evento de caráter industrialista. Corretamente, a interpretação corrente sobre seu significado não vai além da afirmação de que se havia quebrado a hegemonia política das oligarquias regionais, abrindo-se assim espaço para a inserção de novos atores no restrito universo das elites dirigentes do país. Além disso, dir-se-ia – como Ianni (1971) –, que se "abriram condições para o desenvolvimento de um Estado burguês".

O desenvolvimentismo – isto é, a ideologia da superação do subdesenvolvimento com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria – só estaria maduro e chegaria a ser hegemônico na segunda metade dos anos 1950. No período 1930-1945 houve uma primeira e limitada tomada de consciência do projeto, por parte de uma pequena elite de empresários e, sobretudo, por parte de um pequeno núcleo de técnicos governamentais, civis e militares, que formavam o quadro técnico das novas instituições criadas pelo Estado centralizador de Vargas. As questões de alcance nacional que esses técnicos enfrentavam em seus gabinetes levavam-nos a pensar nos problemas de longo prazo da economia e, com isso, na solução histórica da industrialização. É provável que esse fenômeno tenha sido mais importante do que a difusão da consciência industrializadora dentro da própria classe industrial.

2. A maturação do desenvolvimentismo: 1945-1955

Entre 1945 e 1955 teve lugar a etapa de maturação do desenvolvimentismo. A idéia de maturação é utilizada aqui de dois pontos de vista: o do avanço na

difusão das idéias desenvolvimentistas na literatura econômica, e o de avanços no conteúdo analítico das proposições. Nesta seção são analisadas três etapas marcadamente distintas desse processo.

2.1. Primeira etapa: o liberalismo e a resistência desenvolvimentista na transição do pós-guerra (1945-1947)

A transição democrática nos primeiros anos do pós-guerra trouxe consigo uma intensa mobilização política e institucional no país, com evidente influência sobre sua vida intelectual. A criação de partidos políticos, as eleições presidenciais e de membros da Assembléia Constituinte, a elaboração da Constituição, a organização de novas instituições na sociedade civil, foram todos aspectos que contribuíram para criar um clima de controvérsia que o país não havia conhecido até então.

No que se refere aos problemas econômicos, o debate era animado, ademais, por duas circunstâncias muito particulares. Primeiro, porque no final da guerra naturalmente surgiram questões básicas sobre o futuro econômico do país, tanto no plano interno quanto em suas relações internacionais. Segundo, porque a onda de liberalismo político foi aproveitada por opositores de Vargas – e pelo novo governo do Presidente Dutra – como apoio ideológico para destruir o aparato de intervenção econômica estatal que Vargas havia criado durante o Estado Novo, e que se considerava elemento de continuidade do poder político de Vargas. O clima era, portanto, propício tanto para a discussão do futuro de médio e longo prazo da economia brasileira como para uma intensa disputa entre liberalismo e desenvolvimentismo.

De fato, no que se refere à evolução do pensamento econômico, esses anos de transição foram muito especiais: iniciou-se na sociedade brasileira um amplo debate público sobre todas as questões básicas de seu desenvolvimento econômico. Foi um período "doutrinário por excelência", em que o liberalismo econômico, alimentado pela expectativa de normalização do comércio internacional, confrontou, numa disputa sem vencedores, a jovem ideologia desenvolvimentista, buscando a hegemonia ideológica para a orientação da "ordem econômica brasileira".

Ao historiador interessado em registrar o clima de liberalismo econômico desse período, seguramente não lhe faltará material. Acompanhando o liberalismo da política econômica implantada (em geral, abrandamento e eliminação dos mecanismos de controle estatal sobre o comércio externo e sobre as atividades econômicas), encontram-se na literatura econômica da época numerosas análises e manifestações de apoio.

Sem dúvida, o clima liberalizante constitui somente a metade da história do pensamento econômico dos primeiros anos do pós-guerra. A outra metade é a forma em que a ideologia desenvolvimentista que se originou no período anterior resistiu a esse clima, e passou, sem retrocessos, pela prova de fogo da confusão ideológica entre liberalismo político e liberalismo econômico que a conjuntura propiciava.

A exigência mesma de resistir demandou um esforço de organização das idéias que significou um avanço na posição desenvolvimentista. Talvez o melhor exemplo disso tenha sido a famosa controvérsia entre o liberal Eugênio Gudín e o pioneiro do desenvolvimentismo, Roberto Simonsen, que teve lugar em 1944 (Simonsen, 1977). Ainda que o primeiro estivesse melhor preparado analiticamente, e ainda que não se saiba quem "ganhou" o debate, pode-se afirmar que só o esforço de Simonsen resultou na primeira postulação basicamente completa e organizada das proposições desenvolvimentistas. A intensificação do debate e a multiplicação dos canais de expressão intelectual nos anos seguintes permitem considerar este período como um ponto de inflexão no ciclo ideológico desenvolvimentista e, mais precisamente, como o início da maturação do pensamento desta corrente.

2.2. Segunda etapa: a maturação do desenvolvimentismo num contexto histórico favorável (1948-1952)

Os estudiosos da história brasileira que se ocupam do decênio posterior à Segunda Guerra Mundial costumam subdividir este período de acordo com a sucessão de governos (1946-1950, governo do Presidente Dutra; 1951-1954, segundo governo de Vargas e 1954-1955, governo do Presidente Café Filho e governos provisórios que se seguiram à saída deste).

Sem dúvida, do ponto de vista que nos interessa aqui, isto é, o de descrever o processo de maturação do desenvolvimentismo na literatura econômica, é útil fazer algumas modificações nessa subdivisão. Primeiro, cabe destacar os anos de transição política do pós-guerra, como o fizemos na seção anterior. Além disso, é válido fazer uma divisão heterodoxa dos anos que vão desde 1956 (ano em que se iniciou o governo de Kubitschek), e considerar separadamente, por um lado, os anos 1948-1952 e, por outro, o triênio 1953-1955.

Houve efetivamente muitos elementos de continuidade no período 1948-1952, a começar pelo que ocorreu no âmbito econômico e no político. No que se refere ao primeiro, houve forte crescimento e relativa estabilidade monetária e cambial, entre dois anos difíceis (em 1947, houve uma relativa retração da atividade econômica e uma crise cambial, em 1953 houve crise monetária e

cambial, e crise agrícola). Também melhorou a relação de termos de troca, o que permitiu acomodar as crescentes necessidades de importações.

No âmbito político, entrou em vigência um pacto conservador de poder, estabelecido em 1947 (ano de mudança no liberalismo democrático do pós-guerra, com a supressão da legalidade do Partido Comunista e repressão política), pacto estabelecido entre o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), o principal partido de oposição (Fiori, 1984). Vargas buscou respeitar o pacto no início de seu governo, e conseguiu obter certa estabilidade política em 1951 e 1952. O populismo, que era sua tática de sustentação política independente das elites conservadoras, somente seria um fator de desestabilização a partir de 1953.

O pensamento econômico brasileiro no período 1948-1952 diferenciou-se, por um lado, daquele do triênio imediatamente anterior por não refletir, no essencial, as recomposições e acomodações da estrutura de poder características da transição do pós-guerra; e também por não refletir com a mesma intensidade as incertezas, esperanças e perplexidades vinculadas ao problema básico daquele momento: a normalização da economia em tempos de paz. Por outro lado, diferenciou-se também do triênio imediatamente posterior pela estabilidade econômica e política, que os anos 1953-1955 não teriam.

No que se segue, destacam-se alguns elementos históricos que contribuíram para a maturação do desenvolvimentismo no período assinalado:

I) Em 1947 houve uma forte reversão das expectativas de normalizar os mecanismos do comércio internacional (inconvertibilidade da libra, multiplicação dos tratados bilaterais, etc.). Essa realidade ficou particularmente clara quando o país enfrentou uma inesperada crise cambial. Nesse momento, a política de comércio exterior brasileira voltou a experimentar uma forte intervenção estatal, para frustração dos liberais e em apoio às postulações desenvolvimentistas.

II) Um importante elemento desse período foi a preocupação com a reposição da maquinaria (*reaparelhamento econômico*, segundo a curiosa expressão utilizada originalmente). Desde os últimos anos da guerra, essa expressão designava a necessidade de ampliar a reposição de bens de produção na economia brasileira. Tal preocupação foi importante para a maturação do desenvolvimentismo, porque naturalmente levava a refletir sobre a planificação econômica e a industrialização. O debate sobre o tema intensificou-se depois que se frustraram as expectativas de usar as reservas externas acumuladas durante a guerra para importar bens de capital destinados à indústria e à infra-estrutura. A isso somaram-se outros elementos, como as críticas de que

o Plano Marshall teria abandonado a América Latina, as negociações com os Estados Unidos sobre um tratamento especial ao Brasil em troca de um alinhamento político sem restrições (no contexto da guerra fria), e o crescente temor de uma terceira guerra mundial (a qual, pensava-se, surpreenderia a economia brasileira sem a devida preparação). O debate sobre *reaparelhamento* culminou, por um lado, com maciças importações em 1951 e 1952, e com a criação da Comissão Mista Brasil/Estados Unidos (planejadora de grandes investimentos) em 1951 e do BNDE em 1952; e, por outro lado, com a eleição de Eisenhower, que representou uma clara interrupção nas expectativas de se obter um grande apoio dos Estados Unidos para investimentos básicos no país.

III) O período foi intensamente nacionalista, devido à campanha de nacionalização do petróleo. A decisão sobre o tema foi tomada pelo Parlamento em 1952 (com a criação da Petrobrás, seguindo-se uma natural retração na ideologia nacionalista.

Por último, houve um importante elemento de vinculação entre o liberalismo do governo de Dutra e a vertente desenvolvimentista do governo de Vargas: a ideologia econômica deste último, originada nos anos 1930, fortaleceu-se, durante o governo de Dutra, com um intenso processo de crítica à passividade e ao liberalismo deste. Até certo ponto, o desenvolvimentismo consciente do governo de Vargas foi um resultado direto das frustrações que o governo de Dutra causou àqueles que defendiam uma política de industrialização para o país.

Nesse clima propício, a literatura econômica começou, pouco a pouco, a expressar o relativo fortalecimento da visão desenvolvimentista. À sua direita, de forma bastante tímida, os liberais assistiam a uma evolução dos fatos que contrariavam seus princípios; buscavam explicar que a tendência do sistema internacional era uma recuperação do equilíbrio, e concentravam sua atenção no problema da estabilidade monetária. À sua esquerda, os socialistas distanciavam-se da realidade nacional, impulsionados pela radicalização da tática política do partido comunista como consequência da repressão que sofria. A participação dos socialistas na vida intelectual desse período restringiu-se quase por completo à campanha pela nacionalização do petróleo, cujo debate acompanhavam, sobretudo através de seus simpatizantes militares e da *Revista do clube militar*.

Nesse período as idéias desenvolvimentistas difundiram-se muito na literatura econômica. Por exemplo, a Confederação Nacional da Indústria começou, em 1950, a publicar o periódico *Estudos econômicos*, cujas primeiras edições (1950 e 1951) são históricas: contêm, entre outros importantes documentos,

um resumo do *Estudio económico de América Latina 1949*, da CEPAL, versão preliminar do famoso texto "Problemas teóricos e práticos do subdesenvolvimento", de Raúl Prebisch.

A Fundação Getúlio Vargas começou em 1947 a publicar a revista *Conjuntura econômica*, encabeçada por uma equipe de economistas desenvolvimentistas. Também começou a editar, um pouco mais tarde, a *Revista brasileira de economia*, com uma equipe de neoliberais dirigidos por Eugênio Gudín e Octavio Gouveia de Bulhões. Em que pese sua inclinação teórica e ideológica, esta última publicação acolheu artigos de diferentes tendências, entre eles o "Manifesto econômico", de Prebisch (em setembro de 1949, antes de sua publicação na CEPAL, 1949); a introdução ao *Estudio económico de América Latina 1949* (CEPAL, 1950), e o texto de Hans Singer (1950), sobre a deterioração dos termos de troca.

A publicação das primeiras teses da CEPAL contribuiu duplamente para a maturação do desenvolvimentismo. Primeiro, porque os textos da CEPAL davam impulso à ideologia desenvolvimentista; tratava-se nada menos do que de declarações firmadas por um órgão das Nações Unidas, que não apenas afirmavam que estava em curso no continente um vigoroso processo de industrialização, como também consideravam-no uma nova etapa na história da humanidade. Segundo, porque proporcionava aos defensores do planejamento e do apoio estatal à industrialização toda uma nova argumentação, construída sobre bases analíticas muito superiores às que se haviam utilizado até esse momento.

2.3. A terceira etapa: ressurgimento liberal e reafirmação desenvolvimentista

O período 1953-1955 foi de marcada instabilidade política. A partir de 1953 intensificou-se a oposição a Vargas de distintos setores da elite civil e militar brasileira. A crise culminou com o suicídio do Presidente, em agosto de 1954, mas a instabilidade prosseguiu, ameaçando e quase impedindo a tomada de posse do Presidente Juscelino Kubitschek, eleito em fins de 1955.

Tratava-se, como tende a reconhecer a historiografia brasileira, de uma crise essencialmente política. Sem dúvida, isso não significa que não tenha havido elementos perturbadores na conjuntura econômica. Uma crise cambial em 1953 e 1954 e sobretudo a tendência altista da taxa de inflação nesses mesmos anos reforçaram o clima geral de instabilidade política, e deram argumentos eficazes aos opositores de Vargas.

De fato, a oposição aproveitava-se da situação para exagerar a importância dos problemas econômicos, sublinhando perante a opinião pública a percepção

de que se vivia uma crise econômica, e a idéia de que a administração de Vargas era responsável pela mesma, por seu caráter "intervencionista" e "inflacionário".

O contexto era, pois, favorável a um contra-ataque liberal às idéias desenvolvimentistas, o que de fato observou-se claramente. Os desenvolvimentistas seguiram atentamente as incursões liberais, e reagiram com reafirmações de seus princípios fundamentais. Dessa interessante disputa no campo das idéias, talvez o mais importante foi que pôs em relevo que o país havia amadurecido muito a formulação e a aceitação da estratégia de industrialização.

Nesse momento, diferentemente de épocas anteriores, o que se discutia não era a validade de uma política econômica de apoio à industrialização, mas a intensidade da intervenção estatal e o ritmo que se podia imprimir ao desenvolvimento urbano-industrial. Esse debate desdobrou as discussões sobre o grau de tolerância admissível perante os desequilíbrios monetários e cambiais gerados pelo processo em curso, e sobre a relação entre a intervenção do Estado, a superação dos desequilíbrios e a continuidade do desenvolvimento.

A palavra de Eugênio Gudin, por exemplo, continuava em vigor e tinha força quando o mestre neoliberal falava de reduzir a intervenção estatal ou de conseguir a estabilização monetária, mas começava a ficar anacrônica quando insistia em suas críticas às possibilidades de industrialização. As ameaças que esse tipo de discurso significavam para o projeto desenvolvimentista eram cada dia menores. Ademais, as idéias opostas ao projeto recebiam pronta resposta, muitas vezes reforçada pelo instrumental analítico trazido pela CEPAL.

Os anos 1953-1955 podem ser considerados uma fase avançada no processo de maturação do projeto desenvolvimentista, já que por essa época renovou-se e ampliou-se o quadro de instituições de produção intelectual. Isso significou um grande avanço na tomada de consciência sobre a importância da luta política no campo intelectual.

As cinco grandes correntes de pensamento a que nos referimos na primeira parte do artigo – a neoliberal, as três desenvolvimentistas e a socialista – permaneceram perfeitamente sediadas em suas respectivas instituições.

Os neoliberais ganharam completa hegemonia na Fundação Getúlio Vargas com a saída dos desenvolvimentistas do controle da revista *Conjuntura econômica*; além disso, controlavam as revistas do Conselho Nacional de Economia e da Confederação Nacional do Comércio. Os desenvolvimentistas da tendência não nacionalista – menos numerosos mas com ativa participação intelectual – integravam a Comissão Mista Brasil/Estados Unidos, e tinham influência também no BNDE. Os desenvolvimentistas nacionalistas criaram duas instituições importantes: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o *Clube dos*

economistas, este último formado inicialmente a partir de um núcleo do BNDE sob a liderança de Celso Furtado (que se havia transferido de Santiago do Chile para o Rio de Janeiro, para trabalhar na Comissão Mista CEPAL-BNDE num projeto sobre planejamento econômico no Brasil). Os desenvolvimentistas do setor privado – de menor importância nessa fase – continuavam na Confederação Nacional da Indústria, publicando o periódico *Estudos econômicos*; e, finalmente, os socialistas agrupados no Partido Comunista Brasileiro voltam, a partir da morte de Vargas, a intensificar sua participação na vida intelectual do país (a importante *Revista brasileira*, por exemplo, apareceu pela primeira vez em 1955).

3. O auge do desenvolvimentismo: 1956-1960

O governo de Kubitschek (1956-1960) combinou uma relativa estabilidade política com um forte crescimento econômico e industrial, sob a clara definição de uma estratégia desenvolvimentista. Já em sua campanha presidencial, em 1955, Kubitschek anunciava que em seu mandato iria fazer "50 anos em cinco". Nos primeiros dias de governo criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento, que formulou e acompanhou a execução do que se considera o mais importante instrumento de planificação da história do país, o Plano de Metas. Em 1956 estava superada já a situação de perplexidade e indefinição dos rumos econômicos que havia afetado o país nos anos anteriores, como resultado da crise política. A ideologia desenvolvimentista incorporava-se neste momento à retórica oficial do governo.

A literatura econômica expressa muito claramente a percepção dessas mudanças pelas elites intelectuais do país. O pensamento econômico desenvolvimentista, que havia amadurecido nos dez anos anteriores, alcançava sua fase de apogeu. Em outras palavras:

I) O projeto de industrialização planejada difundia-se plenamente na literatura econômica e, ademais, impunha-se sobre o neoliberalismo. Este, ainda que tentasse reagir, estava debilitado pelas circunstâncias históricas, e na defensiva. O que passaria à ofensiva seria o pensamento socialista, que contribuiria, no período, para difundir alguns elementos (relativos ao nacionalismo e às questões distributivas) que teriam muita importância mais adiante, na crise do desenvolvimentismo.

II) A reflexão econômica, que nos anos anteriores havia sido muito influenciada pelo debate sobre a estabilização monetária e o equilíbrio no balanço de pagamentos, passou a ser totalmente subordinada à discussão sobre o problema do desenvolvimento econômico. O que dominava as discussões da época era,

em resumo, a proposta de aprofundar a industrialização, planejando-a, ampliando a infra-estrutura de bens e serviços, garantindo as importações necessárias e evitando políticas antiinflacionárias contracionistas.

O momento foi especialmente oportuno para utilizar os argumentos estruturalistas sobre desequilíbrio externo e sobre inflação. A análise cepalina sobre as causas estruturais dos problemas de balanço de pagamentos vinha sendo utilizada há muitos anos, e continuou sendo um instrumento importante contra os argumentos do FMI de que era necessário crescer de forma "equilibrada" e ajustar o ritmo do crescimento da economia a esse princípio.

A tese estruturalista sobre as causas da inflação – tese que então surgia no âmbito da CEPAL (Vásquez, 1956; Sunkel, 1958 e Pinto, 1957) –, foi muito divulgada pelos economistas da corrente desenvolvimentista nacionalista. Aqueles eram anos em que os estruturalistas defendiam intensamente a necessidade de tolerância perante a inflação. Como é evidente, a idéia de que a inflação é um fenômeno inevitavelmente associado à industrialização nos países de estrutura pouco diversificada encaixava-se perfeitamente na argumentação contra as pressões políticas tendentes à aplicação de medidas severas de controle inflacionário (Diferentemente da Argentina, onde o FMI impulsionou um programa de estabilização, o governo de Kubitschek rompeu com o FMI em 1959, o que mostra quão favorável à difusão das idéias estruturalistas era o contexto histórico brasileiro naqueles anos).

4. A crise do desenvolvimentismo

Entre 1961 e o golpe militar de 1964 houve uma grande instabilidade política, uma inédita mobilização em prol de reformas sociais, grandes dificuldades monetárias, financeiras e cambiais e, a partir de 1962 (sobretudo em 1963), pronunciadas quedas nas taxas de expansão do produto e do emprego.

Como reflexo dessa nova conjuntura, do maior grau de politização alcançado pela sociedade e, não menos importante, do fato de que a industrialização já estava basicamente consolidada – ou de que a ideologia industrializante havia deixado de ter atrativo vanguardista –, o pensamento desenvolvimentista entrou em crise.

O projeto de industrialização que poucos anos atrás vinha orientando com intensidade crescente o pensamento dos economistas brasileiros deixou de exercer a função de cérebro ideológico das proposições e análises econômicas (como estava ocorrendo em muitos lados da América Latina, e em especial no pensamento da CEPAL).

A crise do pensamento desenvolvimentista pode ser assim sintetizada:

A reflexão econômica viu-se subordinada sobretudo a dois aspectos: os problemas estruturais de inflação e balanço de pagamentos, e as "reformas de base". Em particular, a temática das reformas sociais – agrária, sobretudo – passou, pela primeira vez, a ser um elemento básico do debate econômico, como parte de uma avaliação da experiência anterior e das possibilidades de desenvolvimento futuro da economia.

Deu-se assim uma interessante combinação entre a ênfase nos problemas de curto prazo, típica da crise conjuntural, com a ênfase no problema mais geral de introdução de mudanças básicas no padrão de crescimento, típica da crise estrutural. Esta última viu-se reforçada por um elemento ideológico que voltou a estar presente no cenário brasileiro: o nacionalismo econômico que, ao estimular o debate sobre a afirmação econômica e política da nação, contribuiu para incentivar a discussão sobre as mudanças de rumo da economia brasileira.

Como é óbvio, a nova agenda deixava muito menos espaço para preocupações desenvolvimentistas do passado, como o planejamento dos investimentos industriais.

O que se tinha agora era um ensaio de um novo estilo de desenvolvimentismo, profundamente mudado, menos otimista, e envolto nas campanhas "reformistas". Difundia-se a noção de que, dentro das estruturas institucionais existentes, a continuidade do desenvolvimento era difícil, senão impossível. Vários aspectos contribuíam para isso. Em primeiro lugar, pensava-se que faltava uma equação financeira que permitisse um crescimento sem profundos desequilíbrios fiscais e monetários, o que exigia uma profunda reforma fiscal e financeira; havia inclusive um razoável consenso de que o Estado brasileiro não estava preparado, do ponto de vista financeiro, para enfrentar as exigências que o país impunha. Segundo afirmava-se que sem uma reforma na estrutura agrária e uma mudança na distribuição da renda o desenvolvimento industrial não conseguiria resolver os problemas de desemprego e pobreza da maioria da população e de amplas regiões do país; a recessão de 1963 veio acentuar esse pessimismo, ajudando a minar a perspectiva desenvolvimentista tradicional. Terceiro, surgia no país a tese, recentemente introduzida na América Latina, de que as reformas institucionais de distribuição de renda não apenas eram necessárias como uma questão de justiça social, como também para a recuperação da capacidade de crescimento das economias; em outras palavras, as análises cepalinas sobre a "tendência ao estancamento", integradas a proposições reformistas, já começavam a circular no país.

Nessa fase final do ciclo ideológico desenvolvimentista nossa conceituação das correntes do pensamento econômico começa a perder sua validade. A categoria analítica que nos permitiu organizar essa história do pensamento econômico nos anos 1930, 1940 e 1950 – isto é, o conceito de “desenvolvimentismo” – perde nesse momento a propriedade de explicar as idéias dos economistas.

O problema que se colocava no início dos anos 1960 não era o de defender ou atacar a estratégia de criar uma economia industrial, cuja irreversibilidade era percebida por todos. Tratava-se agora de definir para onde deveria caminhar a economia industrial brasileira, que havia nascido com graves distorções, sobretudo sociais. Diante dessa redefinição temática, os economistas se reagruparam segundo considerações de ordem política e ideológica que não haviam sido feitas no passado.

Por exemplo, à “direita” do quadro político, os neoliberais e os desenvolvimentistas não nacionalistas – e em alguma medida também os desenvolvimentistas do setor privado – passaram, com poucas exceções, a pensar e, às vezes, a trabalhar juntos. O melhor exemplo de fusão foi talvez o da “sociedade” entre Bulhões e Campos, respectivamente ministros da fazenda e do planejamento no primeiro governo militar (1964-1967). O melhor exemplo de separação foi talvez o da desunião das esquerdas brasileiras, que se distribuíram numa multidão de tendências e organizações.

Reflexões finais

Este espaço final do trabalho foi reservado para algumas considerações de natureza subjetiva e especulativa. A primeira tem a ver com a qualidade deste estudo: terá contribuído para o desenvolvimento do país a produção intelectual no campo da economia? A resposta parece ser plenamente afirmativa. O debate econômico parece haver cumprido sua função social fundamental, ao permitir que se aprofundasse e difundisse a análise crítica dos problemas econômicos e sociais do país, melhorando assim a qualidade do processo decisório e democratizando-o. É, sem dúvida, surpreendente a intensidade que alcançou o debate entre os economistas e a clareza com que as elites políticas e intelectuais chegaram a conhecer o processo em curso.

Não surpreende, por outro lado, que a questão das reformas sociais somente se tenha incorporado ao debate nos anos 1960. Desde o início deste trabalho de investigação, ainda que buscasse os fundamentos do pensamento desenvolvimentista, o autor suspeitava que a sociedade da era desenvolvimentista não

estava politicamente preparada para que uma ideologia de capitalismo alternativo (reformista) pudesse difundir-se.

A impressão inicial reforçou-se ao longo do trabalho: ao que parece, dadas as características da estrutura política e social da época – quadro institucional, estruturas de propriedade e de dominação etc. –, o projeto de vanguarda que se podia historicamente afirmar era o da industrialização, pura e simplesmente. Não é por outra razão que o único grupo político que defendeu, desde os anos 1930, a realização de reformas – o Partido Comunista Brasileiro – somente exerceu alguma influência ideológica importante, antes dos anos 1960, durante seu efêmero período de legalidade imediatamente após a guerra.

Como foi assinalado, durante a crise do desenvolvimentismo – no início dos anos 1960 – começaram a surgir as primeiras formulações analíticas em defesa de um capitalismo com maior justiça social, e com melhor distribuição da renda e da propriedade. Poder-se-ia dizer, como especulação final, que o golpe militar haveria abortado o que talvez tivesse sido um processo lento mas firme de conquistas sociais e, ao mesmo tempo, haveria abortado o que talvez tivesse sido sua contrapartida ideológica no âmbito do pensamento econômico: um novo ciclo, de tipo “desenvolvimentista-reformista”.

É possível que os historiadores das idéias econômicas da fase posterior a 1964 identifiquem, como eixo central do debate econômico brasileiro, uma ideologia de “aprofundamento do capitalismo” sem maiores preocupações sociais, sob o ataque de uma intelectualidade que, ainda que progressista, teve limitada influência ideológica. Talvez concluam também que, com a redemocratização da sociedade brasileira nos anos 1980, a razão pela qual a perspectiva reformista não é central no debate econômico de hoje é o fato de que se vive uma aguda crise econômica. Oxalá não tardem as condições históricas necessárias para que se inicie o hipotético ciclo ideológico reformista.

Quadro I
AS CORRENTES BÁSICAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO,
DE MEADOS DOS ANOS 1950 AO INÍCIO DOS ANOS 1960

Características básicas							
As grandes correntes	Principais núcleos	Principais economistas	Principais órgãos de divulgação	Orientação teórica	Projeto econômico básico	Teses básicas (idéias-força)	Interpretação do processo de crescimento
Neoliberal	Fundação Getúlio Vargas	Eugênio Gudin	Revista Brasileira de Economia (RBE)	Teóricas clássicas e neoclássicas (liberalismo)	Crescimento equilibrado por meio das forças de mercado	Não há desemprego no Brasil, apenas baixa produtividade	Crescimento desequilibrado é ineficiente, por erros de política econômica
	Confederação Nacional do Comércio	Otávio C. Bulhões	Revista do CNE				
Desenvolvimentista	Associação Comercial de São Paulo	Dênio Nogueira	Revista Econômica				
	Conselho Nacional de Economia	Daniel de Carvalho	Carta Mensal				
Setor Público (não nacionalista)	Comissão Mista Brasil/Estados Unidos	Roberto Campos	Revista Brasileira de Economia (RBE)	Ecletismo pós-keynesiano	Industrialização num ritmo compatível com o equilíbrio, com intensa participação do capital estrangeiro e com planejamento parcial	Tese dos "pontos de estrangulamento/ pontos de crescimento"	Existência de tendências ao desequilíbrio não corrigidas (conferidas) por erros de política econômica
	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)	Ary Torres Lucas Lopes Glycon de Paiva	Revista Econômica Carta Mensal				
Setor Privado	Confederação Nacional da Indústria (CNI)	R. Simonsen	Estudos Econômicos	Ecletismo pós-keynesiano	Industrialização com proteção estatal ao capital industrial nacional	Crédito à produção como instrumento de crescimento	Substituição das importações
	Fiesp	J.P.A. Magalhães Nuno F. de Figueiredo	Desenvolvimento e Conjuntura	Prebisch			
Setor Público (nacionalista)	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)	R. Simonsen	Estudos Econômicos	Ecletismo pós-keynesiano	Industrialização planejada e fortemente apoiada por empresas estatais	Teses capalinas (desenvolvimento para dentro, estruturalismo, etc.)	Substituição das importações, existência de desequilíbrios estruturais, confirmados pela ausência de planejamento e corrigíveis somente a longo prazo
	Assessoria econômica de Vargas	Celso Furtado	Revista Econômica Brasileira (REB)	Prebisch			
Socialista	Clube dos Economistas	Rômulo de Almeida					
	Cepal	Américo B. Oliveira					
Socialista	Iseb	Evaldo C. Lima					
	Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Caio Prado Júnior	Revista Brasileira de Estudos Sociais	Materialismo histórico	Viabilização do desenvolvimento capitalista para preparar o caminho do socialismo	Tese de etapa antileudal e anti-imperialista	Duas contradições básicas obstruem o crescimento econômico: o monopólio da terra e o imperialismo
Socialista	Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)	Neilson Werneck Sodré A. Passos Guimarães Aristóteles Moura					
		Ignácio Rangel					

O pensamento independente de Ignácio Rangel

Smith	Industrialização planejada e fortemente apoiada por empresas estatais	Tese da dualidade básica	Substituição das importações (anos 1950) e crise de realização (anos 1960)
Keynes			
Materialismo histórico			

Posição frente às principais questões do desenvolvimento econômico brasileiro

As grandes correntes	Apoio financeiro interno ao investimento	Capital estrangeiro	Empresa estatal	Planejamento	Protecționismo	Déficit externo	Inflação	Salário, lucros e distribuição da renda	Reforma agrária
Neoliberal	Estruturação do sistema financeiro	Favorável a estímulos	Decididamente contrário	Entre contábil e tolerante a ensaios de planejamento parcial	Propicia fontes reduzidas tarifárias	Visão da inflação como causa básica	Visão de que o pleno emprego é a causa básica	Argumento neoclássico da produtividade marginal	Contrário
	Tributação	Favorável a estímulos	Tolerante, quando o capital privado (nacional e estrangeiro) não manifesta interesse	Favorável ao planejamento parcial	Favorável	Possível sem inflação, mas em geral causado por ela	Ênfase na plena capacidade como causa básica	Ênfase na política de estabilização	Não se manifesta
Desenvolvimentista	Incentivos ao reinvestimento dos lucros	Favorável, mas recomenda controles	Modestamente favorável	Favorável	Decididamente favorável	Estruturalista	Ênfase na utilidade da expansão creditícia	Defensa dos lucros (agumento de reinvestimento)	Favorável a uma reforma limitada
	Tributação	Favorável sempre que haja controles, mas contrário no caso dos setores público e minerador	Decididamente favorável	Decididamente favorável ao planejamento geral e regional	Favorável	Estruturalista	Estruturalista	A concentração da renda é um obstáculo ao crescimento	Favorável
Socialista	Tributação	Decididamente contrário (exceto em relação ao crédito)	Decididamente favorável	Decididamente favorável	Favorável	Ênfase na falta de controles por parte do Estado (especialmente sobre a remessa de lucros)	Imprecisão interpretativa	Redistribuição da renda (agumento do mercado interno) via reforma agrária e luta sindical	Decididamente favorável
	Estruturação do sistema financeiro	Favorável mas com controles, reticente a créditos externos e contrário a investimentos em serviços públicos e mineração	Decididamente favorável	Decididamente favorável (modalidade própria de planejamento parcial, via comércio exterior)	Favorável	Desequilíbrio gerado por falta de controles do Estado	Estrutura oligopolítica/ oligopsonia da comercialização de alimentos como furo gerador de inflação	Elevação do salário como forma de estimular a ocupação e a capacidade ociosa	Segundo a tese da dualidade